

Como se articulam vergonha e quebra de confiança na justificação da ação moral

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Professor da UFPB

Marcela Zamboni

Professora da UFPB

Simone Magalhães Brito

Professora da UFPB

Este artigo tem como objetivo compreender a relação entre medos e cotidiano, a partir de um caso ocorrido no bairro do Rangel, em João Pessoa, Paraíba, no mês de julho de 2009, ocorrência que ficou conhecida no imaginário de cidade como “a chacina do Rangel”. A narrativa apresentada, através de um balanço das emoções envolvidas no processo, se baseou na terminologia eliasiana sobre a vergonha, como um sentimento social e moral, associando-a às noções de quebra de confiança de Sennet (1980; 1972), de raiva-ira e de inferioridade trazidas por Retzinger (1991), Scheff (1990) e Scheff e Retzinger (1991), entre outros.

Palavras-chave: chacina, medo, vergonha, confiança, moralidade

The article **The Roles of Shame and Breaking Trust in the Justification of Moral Action** aims to offer an understanding of the relationship between fears and everyday life, based on a case that occurred in the neighborhood of Rangel, in João Pessoa, Paraíba, Brazil, in July 2009. This event became known as The Rangel Massacre. Weighing up the emotions involved in the process, the narrative is based on the Eliasian terminology about shame, as a social and moral feeling, associating it to Sennet's notions of breaking trust (1980; 1972), of anger and inferiority brought by Retzinger (1991), Scheff (1990) and Scheff and Retzinger (1991), among others.

Keywords: massacre, fear, shame, trust, morality

Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender a relação entre medos e cotidiano a partir de um caso acontecido no bairro do Rangel, em João Pessoa, Paraíba, no dia 9 de julho de 2009, que ficou conhecido no imaginário da cidade como a “Chacina do Rangel”. O artigo trata apenas das leituras e das informações trazidas pela mídia sobre o episódio, cobrindo um ano de pesquisa, até 9 de julho de 2010.¹ No episódio analisado, um casal vizinho e parente de outro casal invade a residência do segundo e, a golpes de facão, trucidada toda a família por um motivo aparentemente banal: a repreensão de um filho do casal agressor pela mãe do casal vitimado e por uma repartição, considerada injusta, de uma galinha. Até então, essas famílias eram unidas pelos laços de parentesco, compadrio e solidariedade. O caso tomou conta da mídia local e nacional, com grande estardalhaço e espetacularização nos jornais e noticiários paraibanos.

Recebido em: 21/03/2012

Aprovado em: 14/12/2012

1 Os autos dos processos sobre o caso na Justiça paraibana só agora começam a ser analisados por nossa pesquisa. Mas apenas um dos autos, o do réu confesso do assassinato múltiplo, foi conseguido até o momento. Aguardamos a liberação do processo da ré e do processo sobre a tortura do réu por policiais na semana seguinte à chacina para fazermos uma análise comparativa com o noticiário da mídia local e nacional.

A chacina ocasionou um forte sentimento de vergonha, de estigmatização e de medo na população do bairro e da cidade. Provocou também sentimentos de revolta e de vingança, gerando uma catarse pública com tentativas de linchamento dos acusados, choros e desmaio durante o velório das vítimas, frequentado por moradores de vários bairros da capital. Exibidos local e nacionalmente pela mídia, tais acontecimentos provocaram o pânico moral em João Pessoa.²

Ao analisar o caso da Chacina do Rangel, este texto busca demonstrar como a articulação de certos sentimentos em um cenário específico compõem uma figuração moral, e procura discutir e compreender como se articulam as emoções vergonha e quebra da confiança para a montagem de uma justificação da ação mais ampla, que é a moral. O artigo parte da hipótese de que o episódio, visto através dos sentimentos e padrões de confiança e vergonha, permite perceber e compreender a constituição de uma esfera de significados simbólicos além da esfera puramente econômica, obedecendo a uma lógica de reparação e justiça distinta. Contribui, enfim, para o estudo da relação entre meios e cotidiano no interior do debate no campo da sociologia da moralidade, por meio de uma análise sociológica da experiência da moralidade vivida pelos dois casais amigos, parentes e compadres, agressores e vítimas. E busca analisar como o caso foi trabalhado pela mídia e sua repercussão no imaginário dos moradores de João Pessoa, a partir de sentimentos como vergonha, estigmatização e pânico moral; ou, em outras palavras, como os indivíduos vivenciam e atribuem significados morais às suas ações e às dos outros, em um dado momento cultural e social, e o papel da mídia na elaboração dos contornos que ressignificam esses sentidos em pânico moral³.

Articulação de certos sentimentos e a composição de uma figuração moral

O estudo da moralidade pertence tradicionalmente à filosofia, na qual o problema da fundamentação da normatividade é questionado do ponto de vista de uma lógica interna dos sistemas. O questionamento filosófico procura estabelecer o modo correto de viver, as ações apropriadas a uma vida reta e o que é necessário para sua realização. Ou seja, o dis-

2 Esse caso traz à cena informações às vezes construídas no intuito de criar uma história para jornais, televisão e rádios mantiverem a audiência. Informações pesquisadas na mídia revelaram dados contraditórios sobre a origem dos réus e das vítimas e de suas profissões, o que não chega a comprometer a análise mais geral do episódio. Na ânsia de manter os leitores informados, fatos até então desconhecidos foram preenchidos com o uso da imaginação dos jornalistas. O fato em si e motivos diretos (desentendimentos entre crianças e repartição da galinha) não foram modificados e sim transformados em sintomas do mal e da criação de uma imagem de desumanidade dos autores da chacina, o que, nesta pesquisa, também se torna um elemento de reflexão a mais, e importante para o entendimento do episódio e do seu tratamento pela mídia e de sua repercussão em João Pessoa. Para efeito de comparação, ver o artigo de Katz (1987) em que ele discute a fabricação de crimes em notícias pela imprensa americana.

3 Sobre esse aspecto, ver os trabalhos de Katz (1988; 1999) e de Berry (1999).

curso filosófico sobre a moralidade se estabelece no âmbito do dever ser; a esfera da normatividade é sua própria natureza. Essa abordagem é claramente contrária à tradição sociológica, que não reconhece nenhuma esfera da normatividade em si, mas, antes, a relaciona a outras dimensões constitutivas da organização social, enfatizando os aspectos coercitivos.

Como já foi demonstrado por Zigmunt Bauman (1999) em *Modernidade e Holocausto*, a abordagem sociológica tradicional entende a ação moral como o resultado de outros fatores sociais (como a classe, por exemplo), o que elimina a possibilidade de uma compreensão da natureza da moralidade. Para esse autor, a moralidade possui uma esfera específica, com sentidos e justificação próprios. Mas como podemos delimitar uma esfera da moralidade? É possível falar sociologicamente de uma esfera da ação social que é propriamente moral? Em seu trabalho sobre o “sofrimento à distância”, Boltanski (1999) delinea o caminho de uma análise sociológica da moralidade ao demonstrar que, para além dos atos heroicos, a moralidade é constituída de pequenos atos e diálogos cotidianos. De fato, o que está em jogo não é um ambiente ou um tipo de ação específicos, mas o processo de justificação dos atores: como estes articulam e fundamentam os significados da ação tomando como base sentidos morais.

Seguindo a perspectiva de autores como Bauman e Boltanski, este artigo busca contribuir com o debate no campo da sociologia da moralidade através de uma análise sociológica da experiência da moralidade ou, em outros termos, de como os atores sociais experienciam e constroem os significados morais. Não se tratará diretamente dos sentimentos morais ou de virtudes, mas se demonstrará como a articulação de certos sentimentos compõe uma figuração moral. Analisando o caso específico da Chacina do Rangel, discutiremos como os sentimentos de vergonha e de quebra da confiança se articulam para compor uma justificação da ação mais ampla que é a moral. Os motivos do crime, de extrema violência, denotam sua banalidade e conotam a existência de elementos morais que chamam a atenção dos pesquisadores.

Um dos primeiros elementos a chamar a atenção é o fato de se tratar de um crime entre iguais, não só pela situação de miséria dos envolvidos. Trata-se de questão simbólica representada por laços de consanguinidade e de semelhança, na qual a questão do “outro” não existe senão como extensão de si próprio, e onde o diferente estaria consignado nas hierarquias invisíveis dos sentidos emocionais que Elias (1990; 1993), mais tarde, chamaria de vergonha, como emoção social.

A forma como a mídia interpretou o caso teve um enfoque aparentemente econômico, representado pela repartição desigual de uma galinha. Contudo, é possível ler nas entrelinhas todo um contexto de sentimentos e relações simbólicas tornadas invisíveis nas narrativas da imprensa, seja na interpretação do caso, seja no viés de configuração da violência intrínseca em um bairro popular. Este trabalho se orienta por caminhos diversos e próximos da sociologia das emoções (TURNER e STETS, 2005; KOURY, 2009) e busca a compreensão do episódio através dos usos dos padrões de confiança e vergonha para perceber a constituição de uma esfera de significados que é independente da economia e que, por conseguinte, apresenta uma lógica de reparação e justiça distinta.

O conceito de confiança tem sido analisado de forma bastante ampla nas ciências sociais, podendo ser tomado como precondição para a prosperidade (FUKUYAMA, 1995), o capital social (COLEMAN, 1988; PUTNAM, 1993), a cooperação (GAMBETTA, 2000), a reputação (DASGUPTA, 2000), a evolução cooperativa (BATESON, 1990) etc. Neste estudo, pretende-se partir da noção simmeliana de confiança, tomada como uma combinação de boas razões e fé (ou crença forte). Para Simmel (1964; 2002; 2003; 2005; 2010), a confiança pode ser tratada como um sentimento que dá suporte à gratidão, já que está relacionada a um tipo de antecipação moral. A gratidão amplia uma relação que poderia findar com o ato de dar e receber, tocando a consciência dos indivíduos no sentido de enfatizar que as relações não se restringem às retribuições sociais, podendo, pois, ser tratadas como um componente da ordem legal. Onde não há imposição, a gratidão é considerada completa, atuando através da reciprocidade interacional.

A gratidão pode ser vista como a memória moral da humanidade, de caráter mais prático e impulsivo. Segundo Möllering (2001), a noção de confiança, em Simmel, tem início com um processo mental formado por expectativa, interpretação e suspensão. A *expectativa* no resultado favorável (quando há confiança) ou desfavorável (desconfiança) depende da *interpretação*, ou as boas razões que se baseiam na experiência cotidiana. A *suspensão* é o mecanismo que rompe com o desconhecido e produz um salto de confiança, através do conhecimento interpretativo momentaneamente certo. Esse elemento de fé ou crença forte realiza a mediação entre as bases da confiança reflexiva e interpretativa (boas razões) e as expectativas momentâneas na confiança.

A confiança é a base de microrrelações que orientam a prática cotidiana, assim como o segredo (SIMMEL, 1964; 1990; 2002; 2003). Sendo assim, a vida, sustentada em boa medida por fenômenos psicossociais, é envolta em sentimentos e normas. Considerando que a ligação entre as bases de confiança e a expectativa do estado de confiança é mais fraca do que se pode supor, e que a integração social é garantida pela confiança, o caso discutido aqui pode ser tomado como uma questão para discussão da tensão que ronda a confiança e a confiabilidade na orientação de um grupo: duas famílias unidas por laços de consanguinidade e reciprocidade, em um cenário onde a lealdade e a antecipação de traição fundamentam a moral e as regras não ditas de convivência e respeito mútuo. E onde a quebra desses laços provoca um sentimento de desrespeito pessoal em quem se sente injustiçado e acende o sentimento de humilhação e busca de expiação pela vingança, o que resultou, neste caso, na Chacina do Rangel.

Confiança, vergonha e moralidade

O episódio envolveu duas famílias, vizinhas e com laços de parentesco, e veio por conta do sentimento de repartição desigual do apurado do dia – uma galinha –, por desentendimentos entre as crianças das duas famílias e da atitude da mãe da família agredida, que tomou a defesa do seu filho no apartar das duas crianças.

Os motivos desse crime de extrema crueldade indicam a banalidade da violência e permitem levantar questões sobre a existência de elementos morais que atraem o interesse dos pesquisadores. Chama atenção, logo que o pesquisador se debruça sobre os elementos que compõem o ato, o fato de se tratar de uma ação violenta entre iguais. Essa igualdade é representada não apenas pela extrema pobreza das partes, indo além da esfera econômica para abarcar elementos simbólicos ligados a parentesco e consanguinidade, em que o outro aparece não apenas como semelhante, mas como extensão do *si mesmo*, que Park, Burgess e McKensie (1925), inspirando-se em Simmel, nomeariam uma socialidade primária, na qual o desigual encontrar-se-ia apontado nas camadas invisíveis dos sentimentos, e que Elias (1990; 1993) mais tarde, chamaria de vergonha, como emoção social.

Essa socialidade primária, com suas camadas hierárquicas invisíveis, estaria baseada em uma forte solidariedade e reciprocidade nas ações comuns em ambas as famílias vizinhas. O início da história é parecido com o de várias outras: tempos antes, o casal vitimado migrara para João Pessoa, saindo de uma história de miséria no interior da Paraíba, mais precisamente, do município sertanejo de Catolé do Rocha (*O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de julho de 2009). Ao chegar à capital, estabeleceu-se no bairro do Rangel e lá, ocupando um terreno baldio, construiu sua moradia. Sem encontrar emprego, o casal começou a recolher lixo para vender e também a recolher dele alguns alimentos para se alimentar e aos filhos que começaram a surgir. Algum tempo depois, o marido conseguiu emprego como gesseiro em uma fábrica na cidade.

Anos depois, um primo do marido segue seus passos e, adotando a rede comum nos processos migratórios de grupos populares no Brasil, muda-se com a família para João Pessoa e se estabelece também no Rangel, na casa do casal, que o acolhe. O primo consegue para o hóspede seu primeiro emprego na cidade, na mesma fábrica de gesso. Uma vez o visitante radicado na cidade, o segundo passo foi construir uma moradia no mesmo terreno ocupado pelo primeiro casal.

A partir desse acolhimento familiar, o casal de primos inicia os novos moradores no processo de adaptação à cidade. As duas famílias participam, assim, dessa nova inserção e a luta pela sobrevivência diária é minorada pela solidariedade e reciprocidade nas trocas de serviço e ajuda mútua no cotidiano.

Um tempo mais tarde, o segundo primo seria demitido do emprego de gesseiro, segundo a empresa por corte de pessoal. De acordo com o jornal *O Norte* (João Pessoa, de 11 de julho de 2009), o novo migrante alegou que foi demitido por ter brigado no trabalho e que foi denunciado à direção pelo parente que o acolheu. Embora nunca tenha comentado o episódio com ninguém até aquele momento, teria guardado mágoa, certo rancor e despeito pela atitude do familiar.

Desempregado, começou a viver de bicos e da cata eventual de lixo em João Pessoa, com a participação do primo que o acolheu e das mulheres nos finais de semana. Uma das mulheres de cada grupo sempre permanecia em casa, em regime de rotatividade, para garantir a vigilância e o acompanhamento diário dos filhos.

As duas famílias iam sobrevivendo nesse ritmo cotidiano, com laços cada vez mais estreitos, não só os de consanguinidade, mas também os de confiança e solidariedade, assim como os da gratidão e lealdade, gerados pelas formas de inserção de uma família pela outra na urbe, e nos processos harmônicos da partilha dos bens achados e dos cuidados com os filhos de ambos os casais. No entanto, mágoas, ressentimentos, rancores foram se acumulando de forma invisível e inconsciente, minando as relações entre as duas famílias ou tornando-as vulneráveis a desavenças e sentimentos de traição e desrespeito.⁴

A mágoa, o ressentimento e o rancor, segundo Simmel (2010), fazem parte da gratidão e da lealdade. É o seu outro lado, o lado obscuro desses sentimentos. Os laços que unem indivíduos em um sistema de reciprocidade fechado e baseado no sistema lealdade-gratidão possibilitam uma harmonização dos interesses envolvidos no jogo relacional; por outro lado, favorecem uma grade de tensões expostas a cada movimento da relação, compondo um elenco de situações caladas, omitidas, não de todo conscientes, seja pela hierarquia causada pela própria gratidão e pelo investimento na relação através do sistema de lealdades que prendem os dois lados relacionais, seja pelo sentimento de desatenção e de humilhação que uma das partes desenvolve por pequenos atos realizados pela outra parte.

Nos dois casos, a harmonização começa a fragmentar-se de forma lenta e a reciprocidade e simbiose do envolvimento com o outro se manifesta como um conjunto de mágoas que, acumuladas, podem se transformar em rancor e explodir em ira. O compositor Chico Buarque, ao falar no esgarçamento das relações amorosas, diz em certo momento de sua canção “Gota d’água”: “Deixe em paz o meu coração/ que ele é um copo até aqui de mágoa/e qualquer desatenção, faça não/pode ser a gota d’água”.⁵

Thomas Scheff e Suzanne Retzinger (1991) falam desse lado obscuro da gratidão e da lealdade através do conceito de raiva-vergonha. Para eles, o enfraquecimento e a subsequente fragmentação dos vínculos sociais fazem com que qualquer movimento novo que ocasione uma nova decepção no processo relacional perca a sequência do sentimento que eles denominam de vergonha-vergonha, isto é, o sentimento de vergonha pelo próprio ato de envergonhamento sobre a ação do outro em relação a si, o que o leva a baixar os códigos da humilhação sofrida e a assimilar ou se retirar da cena,

4 Essa é a versão apresentada pela maioria das notícias sobre o caso. Outras mudam o lugar de origem dos réus e das vítimas, deslocando-os para outras cidades do interior paraibano ou até mesmo indicando João Pessoa como origem de réus e vítimas. Outras informações dão conta de que ambos os homens adultos, o réu e a vítima (o pai da família assassinada), eram gesseiros profissionais e não catadores de lixo na sua origem. Outras notícias indicam que haveria uma relação patrão-empregado: o réu seria empregado da fábrica de gesso pertencente à vítima, e tinha ressentimento por ter sido demitido por ele mesmo. Todas as variantes apresentadas, porém, indicam o parentesco e a grande amizade que unia as duas famílias – elementos centrais da análise aqui proposta – até o momento do cenário armado, que foi a pedra de toque para o ato trágico.

5 A canção “Gota d’água” é integrante de uma peça teatral de mesmo nome, de autoria de Chico Buarque e Paulo Pontes (1976). A obra retrata uma tragédia da cena urbana brasileira, baseada na peça clássica grega de Eurípedes, *Medeia*, e tem como pano de fundo as relações amorosas entre dois personagens, Jasão e Joana. Abandonada por Jasão, Joana mata os dois filhos e depois se suicida, em uma espécie de vingança pelo abandono. A letra ganhou vida independentemente da peça e é considerada uma canção clássica do autor.

retornando a uma aparente normalidade das ações entre ambas as partes envolvidas, assumindo em seu lugar outra sequência. Esta outra sequência de sentimentos leva ao caminho de produção de um novo tipo, por eles denominados de raiva-vergonha: o processo que distorce os sentidos da relação e conduz o sujeito ao que os autores chamam de fúria-humilhação, que contamina a lógica vivida pela relação até o momento e, de forma contínua, age no sentido de compor uma visão de ruptura com os códigos de lealdade e gratidão até então vividos, expondo os sentimentos reprimidos como uma espécie de explosão que pode se transformar na base emocional de ódio e desprezo. Essa sequência leva à quebra dos vínculos sociais com os outros da relação, compondo uma combinação perigosa que põe em ação um fluxo de raiva e vergonha que poderá produzir a loucura, o suicídio, a agressão ou o homicídio.

Simmel (1964; 2003; 2004) discute o processo de socialidade construído pela confiança e pela lealdade como um processo que estabelece uma “igualdade desigual” entre os membros do grupo (no caso, as duas famílias) e comenta que essa forma desigual da igualdade é invisível ou inconsciente às partes relacionais, mas sempre se desperta quando cada um dos envolvidos se sente ameaçado pelo outro. Ou seja, em Simmel, a base da confiança é a busca de uma lealdade total, sempre quebrada pela possibilidade da desconfiança que paira como uma ameaça sobre as sólidas relações estabelecidas em um grupo de iguais. A antecipação da traição, por sua vez, estabelece os limites para cada ato de confiabilidade entre os membros do grupo; possibilita, também, a renovação dos laços e um aprimoramento das regras de confiança que unem o grupo e seus membros, que se movem, assim, em uma tensão permanente entre a união e a desunião possível, o que estabelece um processo de vergonha social que povoa e sedimenta a moral grupal, assim como aponta para as possíveis falhas e leva a desavenças e a sentimentos de raiva e endurecimento de ações caso uma das partes se sinta lesada por um acontecimento ou uma ação provocada pela outra parte.

É esse o sentido tomado por esta pesquisa. A ação violenta de um casal em relação ao outro foi movida pelo sentimento de vergonha social, na sua forma de raiva ou ira, motivada pela certeza da traição, isto é, pela compreensão de que uma das partes agiu de má fé em relação à outra parte, gerando não a desconfiança, mas a quebra de confiabilidade e dos laços de reciprocidade que as uniam enquanto projeto comum.

Não foi uma ação banal isolada no tempo e no espaço que motivou a chacina, mas um acúmulo de pequenas situações silenciadas e interpretadas pela parte ofendida como humilhação e desrespeito. Como disseram Daly e Wilson (1988), sobre assassinatos entre iguais, a ação de agressão deve ser considerada no interior de um contexto de reputações e respeito pessoal.

Ao acharem que a outra família queria “passar a perna”, seja pela atitude da mulher que estava cuidando dos filhos dos dois casais enquanto os demais adultos tinham saído, seja pela repartição da galinha, cuja divisão foi considerada injusta depois de uma longa discussão entre as famílias, e, após uma noite bebendo e discutindo o assunto, marido e mulher partem para tomar satisfação com o casal praticante dos dois atos considerados injustos e de traição. Alienados por sentimentos como raiva, humilhação, desrespeito, traição, e armados com facão, trucidam a família que os lesou: “O cenário do crime revela a verdadeira carnificina. Crianças degoladas e partes dos corpos separados por golpes de facão em vários locais da residência. Uma mão de uma das crianças foi encontrada em cima de um guarda roupa da residência”, de acordo com notícias de última hora de um jornal on-line.⁶

As chacinas, ou homicídios múltiplos, no Brasil – vale aqui uma digressão –, são pouco analisados na literatura especializada nas ciências sociais, apesar de serem uma expressão da violência em crescente expansão no meio urbano nacional desde os anos 1970, e de terem uma expressão forte, como forma de controle político ou econômico do poder do latifúndio no meio rural. Luis Mis (2004) chama a chacina de “crime espetáculo” e a relaciona com a necessidade de grupos especiais mostrarem sua força e apresentarem de forma espetacular (MIS, 2004, p. 438). Quase todos os estudos sobre violência urbana no país das três últimas décadas do século XX até hoje se referem ao aumento dessa forma de expressão violenta sem aprofundarem a questão e a associando especificamente a bandos armados de justiceiros, de grupos de extermínio, de paramilitares ou do próprio aparato policial, como uma forma de expressão violenta advinda dos porões da mais recente ditadura militar, que se estendeu no país de 1964 a 1985 (BRASILIENSE, 2006).

6 “Chacina no Rangel: quatro pessoas de uma mesma família são executadas a golpes de facão” (*Portal ClickPB*, 2009). O conjunto de pessoas chacinadas soma cinco, no total. Jornais e rádios locais apresentaram as notícias ao calor da hora, e a contagem no primeiro dia de informação foi desencontrada: concretamente, quatro foram mortos no local do crime (o pai, duas filhas e um filho) e dois foram gravemente feridos (a mãe, grávida de gêmeos, e um filho). Outra criança, escondida, foi salva, ileso. Dos dois feridos, a mãe não resistiu e morreu no dia seguinte; o filho ferido se salvou.

As referências nesses estudos aludem, também, às chacinas movidas pelo narcotráfico e associadas à guerra entre traficantes e policiais ou entre quadrilhas em disputa por território, ou por ações de execução de punições a quem desobedeceu a ordem do tráfico, ou acerto de contas entre bandos rivais (PERALVA, 2001). Fazem referência, ainda, às chacinas motivadas por questões econômicas e poder político e outras formas de expressão de mando e hegemonia (MANSO, 2005). Gorender (2001) faz uma diferenciação entre os homicídios múltiplos, que ele chama de chacina – forma de violência, para ele, executada por disputas de gangues ligadas ao narcotráfico ou outras práticas delituosas de grande expressão – e outro tipo de violência homicida, que ele informa ser assemelhada à chacina e é expressão de grupos de extermínio, constituídos por pistoleiros profissionais “que costumam agir a serviço de comerciantes interessados na ‘limpeza’ de sua área, ou de traficantes que cobram dívidas” (GORENDER, 2001, pp. 99-100). Finalmente, em um levantamento importante sobre as chacinas ocorridas em São Paulo, Carvalho (2000) aponta como os casos mais comuns os ligados ao tráfico de drogas e aos desafetos e desentendimentos. Eles, juntos representaram, em 1999, 60% das chacinas ocorridas naquele estado. Apesar de não explicar o que entende por desafetos e desentendimentos, ele relaciona os dois casos à ação de gangues rivais ligadas ao narcotráfico ou disputas de território e não a desafetos ou desentendimentos oriundos de laços de solidariedade, como no caso aqui trabalhado.

7 Na primeira audiência em que os réus foram apresentados e arguidos perante o Tribunal do Júri, o acusado pede desculpas “ao Brasil” pelo ato; diz-se arrependido e fala da ação que resultou na chacina como um momento de “furor”, de “frenesi”, que ocupou todo seu corpo e toda sua mente. Afirma que por muitos dias após o acontecimento não conseguia lembrar “de nada” do caso e que ainda hoje relembra o episódio por *flashes*, tendo dificuldade em recordar a ação por inteiro.

8 Todos os jornais da cidade, principalmente os blogs de notícias e jornais on-line, trazem uma profusão de fotografias, que mostram detalhes impressionantes da tragédia. As fotos não serão expostas neste artigo, mas farão parte de outro trabalho em que se discutirá a relação da fotografia com imagens de mortes violentas.

A Chacina do Rangel, a mídia e a cidade

Após a chacina, teve lugar a prisão imediata do casal que, ainda acometido pelo ato de vingança motivada pela traição dos parentes com que partilhavam laços de confiança e lealdade, disse não ter arrependimento do ato.⁷ O fato chegou à imprensa, que bradou a desumanidade de tamanha violência pela repartição injusta de uma galinha e pela repreensão também injusta de um dos seus filhos pela mãe da família trucidada. A notícia emocionou a cidade e o bairro do Rangel.

Vizinhos que escutaram os gritos de desespero da família assasinada contam que não saíram de suas casas para acudir as vítimas porque ficaram com medo, mas ligaram para a polícia, que chegou uma hora após a chacina (*O Norte*, 11 de julho de 2009). Ao chegar, encontrou os corpos trucidados e pedaços espalhados pelos cômodos⁸.

Ao todo foram cinco mortos: o pai; a mãe, grávida de gêmeos; e três filhos. Um outro filho, ficou gravemente ferido. Outra das crianças escapou com vida, por esconder-se embaixo de uma das camas. Foi o ferido, com um corte que ia do rosto até o final do pescoço, quem conseguiu indicar para os policiais os nomes dos agressores.

Procurados pelos arredores, os assassinos foram encontrados em sua casa dormindo, cansados pelo esforço exigido pelo massacre. Foram presos em flagrante, autuados por homicídio triplamente qualificado e encaminhados para penitenciárias da capital (*Informe Notícia*, 10 de julho de 2009; *O Norte*, 10 de julho de 2009; *Diário de Pernambuco*, 10 de julho de 2009; *Jornal do Comércio*, 10 de julho de 2009, entre outros).

O papel da mídia na construção do imaginário social e na constituição do pânico moral por meio da espetacularização e da ênfase sobre notícias do episódio foi um dos elementos marcantes na performance da população do bairro e da cidade de João Pessoa.

Rádios, jornais impressos, noticiários de televisão, internet, todos os veículos da mídia passaram o dia e a semana a transmitir notícias sobre o caso. A Chacina do Rangel comoveu a cidade. Ainda na madrugada de 9 de julho de 2009, após a prisão em flagrante dos agressores, houve uma mobilização entre os vizinhos e moradores de outros bairros populares próximos ao Rangel (Mangabeira, Valentina de Figueiredo, Cristo Redentor, Geisel, Ilha do Bispo, Alto do Mateus, entre outros), atraídos para o local pelo noticiário da tragédia recém-acontecida, para o linchamento do casal.⁹ As pessoas reuniram-se em pequenos grupos em locais estratégicos, esperando a passagem dos agressores levados presos pela polícia.

Avisados a tempo, os policiais conseguiram desviar a rota e dispersar os linchadores, que, mais uma vez estimulados pela mídia, se reuniram em frente à delegacia para onde o casal foi levado e lá permaneceram até o início do dia, gritando: “Queremos justiça”; “Assassinos”; “Monstros”; “Deem eles pra nós” (*O Norte, Correio da Paraíba; Já Paraíba*, 9 de julho de 2009).¹⁰ A cidade viveu uma verdadeira catarse social.

9 Em um artigo sobre linchamento, Martins (1995) observa, de um lado, a escassez de bibliografia sobre o assunto no Brasil e, de outro, em uma rápida comparação com os estudos nos EUA, informa que o caso brasileiro difere dos americanos, nos quais os linchamentos são puramente punitivos: “Os linchadores querem atingir fundamentalmente a própria vítima”. No caso brasileiro, “ainda predominam fortemente os componentes irracionais do comportamento coletivo”; o objetivo é o de punir (o agressor potencial) com redobrada crueldade em relação ao delito que o motiva. “Aqui, o linchamento é claramente vingativo” (p. 298).

10 Ver também os noticiários das retransmissoras locais das principais redes de televisão (inclusive com vídeos dos amotinados) e as notícias on-line sobre a preparação para um possível linchamento dos acusados da chacina.

11 Martins (1995) também fala sobre questionamento da desordem (p. 299) na motivação do linchamento ou da busca de soluções cruéis para potenciais agressores que cometem crimes considerados desumanos pela população. A lógica da desumanidade das ações, assim, parece ser remetida a outra lógica, do recebimento cruel de punição, de preferência pelas mãos da própria população indignada. É interessante ver, a esse respeito, os comentários de populares, que chegam, em alguns casos, a mais de 50 por notícia, nos blogs e noticiário on-line sobre a chacina do Rangel. O tratamento dos agressores como “desumanos”, “acometidos pelo demônio”, “filhos do demo”, “não são humanos” etc., e de que merecem a morte, de forma mais cruel do que a cometida, associado a um sentimento de vergonha de tal crime ter sido cometido na cidade de João Pessoa, ou na Paraíba, desonrando o bairro, a cidade e o estado (“hoje tenho vergonha de ser paraibano”; “não sinto mais orgulho da minha terra, depois de um crime como esse que manchou a reputação de todos nós”, entre outros), são repetidos à exaustão.

12 Foram consultados os blogs *Informe Notícia* (www.informenoticia1.com.br), *ClickPB* (www.clickpb.com.br) e *Wscorn Notícias* (wscorn.com.br).

13 Um inquérito para apurar a tortura contra os agressores foi aberto pelo Ministério Público, tendo o réu como vítima. Esse processo pouco teve continuidade até o presente momento. Encontra-se hoje lacrado em uma delegacia especializada para turistas em João Pessoa, situada em um prédio fechado para reforma. Os pesquisadores não tiveram acesso aos autos desse processo e aguardam a reinauguração da delegacia e a quebra dos lacres em todos os processos em seu poder.

No velório da família, realizado em um estádio cedido pela igreja local, milhares de pessoas foram velar os corpos, chorando e gritando por vingança. Filas duraram o dia inteiro, até a saída dos caixões para o enterro em um cemitério local. Os caixões seguiram em carro de bombeiro, acompanhados pela população, que gritava por justiça e se indagava se os agressores eram de fato humanos. Eles eram chamados de monstros, de “demo”, e de outros termos que denotavam sua desumanidade. A multidão clamava que eles não mereciam viver e sim serem mortos com mais crueldade do que a cometida durante a chacina.¹¹

A polícia local também se aproveitou da situação para criar uma *média* com a comoção social. Em uma encenação de interrogatório, gravada pela câmera de um telefone celular, policiais torturam o acusado masculino em uma cela da delegacia. A gravação com a tortura chega às mãos da imprensa, que a divulga nacionalmente em todos os noticiários de 10 de julho de 2009. O vídeo causou duas reações: a primeira, de indignação de setores locais e nacionais ligados aos direitos humanos, pelo desrespeito com um prisioneiro sob custódia do Estado; a segunda reação, porém, foi a de satisfação pelo sofrimento do “monstro”. Nos blogs¹² que repassaram o vídeo de tortura, o comentário de quem o assistiu foi o de parabenizar os policiais que executaram a ação.¹³ Muitos chegaram a dizer que “estavam com a alma lavada” ou “que os policiais lavaram a honra dos paraibanos, torturando esse filho do demo”, ou ainda, “pena que não o tenham matado”.

É interessante observar que o impacto causado pela chacina trouxe dois elementos à tona: de um lado, a indignação pelo próprio ato e a violação de valores, concepções e normas de conduta e de condução de conflitos interpessoais, em uma sociedade ainda de laços profundamente pessoalizados; de outro lado, a vergonha da incivilidade do ato, que desonra o próprio estado da Paraíba e os seus habitantes.

Os dois elementos trazem em si marcas contundentes do sentimento de inferioridade e envergonhamento suscitados pelo massacre, pela ação da Chacina do Rangel. Daí a necessidade de separar o humano do desumano no entendimento do crime, ao mesmo tempo em que o ato de envergonhar-se pelo ato do outro que manchou o estado, a cidade e o bairro tinha o sentido de separar o desumano dos demais (a população local), a incivilidade e selvageria do ato dos atos de civilização. Ao se envergonhar, ao colocar o casal assassino como desumano, buscava-se recon-

vocar para si e para o povo paraibano o estatuto do humano. Era como expurgar a mancha que pairou sobre todos no ato insano do casal¹⁴, revelando as feridas de um sentimento de exclusão social frente a si mesmo e aos outros. Por outro lado, a significativa manifestação desses sentimentos de indignação e de vergonha que caracterizam certo tipo de moralidade no interior do processo civilizador (ELIAS, 1990) é, posteriormente, suplantada pelo ato de tortura do acusado cometido pelos policiais com amplo apoio da população. O peso da balança é deslocado e os direitos humanos e legais são substituídos pelo sentimento de vingança.

Dias depois, as duas casas onde moravam as famílias vizinhas e aparentadas foram derrubadas por moradores com a benção da Igreja Católica, a quem o terreno invadido pertencia.¹⁵ No lugar das moradias seria erguida uma capela para a limpeza do mal enraizado naquele terreno, para lembrar o episódio como um alerta para a paz, e como uma demonstração de que o bairro precisa ser visto como um ambiente em que moram trabalhadores e não como um lugar violento como o retrata a imprensa e a cidade.

O ato de destruição foi repudiado tanto pela polícia quanto pelo Ministério Público (MP) estadual. Pela primeira, porque ela não pôde fazer novas perícias no local do crime; pelo MP, porque a casa pertencia e era patrimônio dos filhos vivos das vítimas, bem como dos filhos dos agressores. A Igreja Católica, dona dos terrenos, de início estimulou a derrubada das casas junto com alguns radialistas, mas recuou e se fingiu de morta; os radialistas se calaram; e os protestos da polícia e do MP morreram na simples denúncia ao ato.

Após a destruição das duas casas, não houve de nenhuma parte qualquer tipo de colaboração para a construção da capela. Um ano após a chacina, os entulhos da casa ainda continuavam no lugar, assombrando o local. O jornal *O Norte* de 09 de julho de 2010 expõe a chaga dos escombros na vida dos moradores da rua e do bairro do Rangel. A matéria que relembra um ano do massacre traz um relato de uma moradora e vizinha dos dois casais. A entrevistada informa que não consegue se aproximar dos terrenos onde restam os entulhos: “Eu tenho medo de chegar lá. Daqui de casa já é difícil esquecer o que aconteceu. Fico o mais longe possível para não lembrar ainda mais daquela tragédia”. Nas demais casas vizinhas, a data se transformou em um dia de rezas e orações para esquecer a tragédia, chorar os mortos e pedir para que “aquilo” não volte a acontecer.

14 Ver a discussão sobre catarse social em Durkheim (2003) e Mauss (1974).

15 “Um ano após chacina, projeto de capela em casa demolida não passa de entulho” (*WSCOM*, 09/07/2010). Essa notícia faz um balanço do primeiro ano da chacina e recorda que, nove dias após o crime, um grupo de moradores demoliu as casas das duas famílias, estimulados por radialistas que criaram o evento.

O governo do estado anunciou em 09 de julho de 2010 a doação de duas novas casas: uma aos filhos sobreviventes das vítimas e outra aos filhos do casal agressor. O bairro, os sobreviventes, a cidade e o estado procuraram recomeçar o cotidiano. O casal continua preso¹⁶. De início, o marido havia assumido toda a culpa pela chacina, inocentando sua mulher. Atualmente, mudou seu depoimento e informa que a esposa também participou ativamente do crime, matando uma das crianças e a mulher grávida, o que condiz com o depoimento de um dos sobreviventes.

O júri popular ocorreu em setembro de 2010. O medo do episódio, na separação do legal e do popular no decorrer das notícias, e de uma nova catarse pública no transcorrer do julgamento, não se concretizou, como era esperado. Apesar da aparente volta ao cotidiano da cidade e, principalmente, do silêncio amedrontado do Rangel, que vive uma vigilância social e policial intensificada após o episódio, o fato, na visão da mídia e das autoridades paraibanas, ainda tem muito a revelar. Como diria Mary Douglas (2007), as instituições se acautelam.

Considerações finais

Este texto buscou compreender a relação entre medos e cotidiano, a partir de um caso ocorrido no bairro do Rangel, em João Pessoa, Paraíba, em julho de 2009, que ficou conhecido no imaginário de cidade como a Chacina do Rangel. A narrativa apresentada, por meio de um balanço das emoções envolvidas no processo, se baseou na leitura eliasiana sobre a vergonha como um sentimento social e moral, associando-a às noções de quebra de confiança de Sennet (1980; 1972), de raiva-ira, e de inferioridade, trazidas por Retzinger (1991), Scheff (1990) e Scheff e Retzinger (1991), entre outros. Neste artigo procurou-se apresentar o caso por uma análise do cotidiano de famílias recém-chegadas do interior, moradoras de periferia e vítimas da insensibilidade e da violência do estado e da urbe onde passam a morar e buscar o seu sustento. Tem como foco elementos de cooperação e confiança e as frágeis fronteiras que levam ao sentimento de inferioridade e de deslealdade do outro. Embora não seja o centro do trabalho, a questão da moralidade no espetáculo midiático que o episódio tomou e da catarse pública na própria comunidade em que teve lugar o crime violento, na cidade e no Brasil foi também cenário para o entendimento da situação aqui tratada.

16 Após o julgamento, em setembro de 2010, o marido foi condenado a 116 anos de prisão e sua mulher, a 120. Ela foi considerada pelo Júri o pivô de todos os acontecimentos, incentivando o marido a praticar a ação, da qual ela própria participou com intensidade.

Referências

- BATESON, Patrick. (1990), “The Biological Evolution of Cooperation and Trust”. Em: GAMBETTA, Diego (org). Trust: Making and Breaking Cooperative Relations. Londres, Blackwell, pp. 14-30.
- BAUMAN, Zygmunt. (1999), Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BERRY, Bonnie. (1999), Social Rage: Emotion and Cultural Conflict. Nova York, Garland.
- BOLTANSKI, Luc. (1999), Distant Suffering: Morality, Media and Politics. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRASILIENSE, Danielle Ramos. (2008), As tessituras narrativas do jornal O Globo e o acontecimento “chacina da Candelária”. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFF.
- BUARQUE, Chico [e] PONTES, Paulo. (1976), Gota d’água. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CARVALHO, Sandra. (2000), “Chacinas em São Paulo: Imagens da violência, retrato da exclusão”. Em: Relatório Anual – Os direitos humanos no Brasil.
- COLEMAN, James Samuel. (1988), “Social Capital in the Creation of Human Capital”. American Journal of Sociology, Vol. 94, pp. 95-120.
- DALY, Martin [e] WILSON, Margo. (1988), Homicide. Nova York, Aldine de Gruyter.
- DASGUPTA, Partha. (2000), “Trust as a Commodity”. Em: Em: GAMBETTA, Diego (org). Trust: Making and Breaking Cooperative Relations. Londres, Blackwell, pp. 49-72.
- DOUGLAS, Mary. (2007), “As instituições lembram-se e se esquecem”. Em: Como as instituições pensam. São Paulo, Edusp.
- DURKHEIM, Émile. (2003), As formas elementares da vida religiosa. São Paulo, Martins Fontes.

- ELIAS, Norbert. (1990), O processo civilizador, Vol. 2. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FUKUYAMA, Francis. (1995), Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity. Nova York, Free Press.
- GAMBETTA, Diego. (2000) "Can We Trust Trust?" Em: GAMBETTA, Diego (ed). Trust: Making and Breaking Cooperative Relations. Department of Sociology, University of Oxford, pp. 213-237.
- GORENDER, Jacob. (2001), Brasil em preto e branco. São Paulo, Senac.
- JUCÁ, Vlândia Jamile dos Santos. (1999), Massacres: O silenciar da palavra democrática. Dissertação (mestrado), Programa Comunicação e Cultura Contemporânea, Faculdade de Comunicação, UFBA.
- KATZ, Jack. (1987), "What Makes Crime 'News'?" Media, Culture and Society, Vol. 9. Londres, Sage, pp. 47-75.
- _____. (1988), Seductions of Crime: Moral and Sensual Attractions in Doing Evil. Nova York, Basic Books.
- _____. (1999), How the Emotions Work. Chicago, University of Chicago Press.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2009), Emoções, Sociedade e Cultura. Curitiba, CRV.
- MANSO, Bruno Paes. (2005), O homem X: Uma reportagem sobre a alma de um assassino em São Paulo. São Paulo, Record.
- MARTINS, José de Souza. (1995), "As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil". Estudos Avançados, Vol. 9, nº 25, pp. 295-310.
- MAUSS, Marcel. (1974), "Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia". Em: Sociologia e antropologia, Vol. 1. São Paulo, Edusp, pp. 177-205.
- MIR, Luís. (2004), Guerra civil: Estado e trauma. São Paulo, Geração Editorial.
- MÖLLERING, Guido. (2001), "The Nature of Trust: From Georg Simmel to a Theory of Expectation, Interpretation and Suspension". Sociology, Vol. 35, nº 2, pp. 403-420.

- PARK, Robert; BURGESS, Ernest [e] McKENZIE, Roderick. (1925), *The City*. Chicago, University of Chicago Press.
- PERALVA, Angelina. (2001), “Violência brasileira: Entre crescimento de igualdade e fragilidade institucional”. Em: LEVISKY, David Léo (org). *Adolescência e violência: Ações comunitárias na prevenção ‘conhecendo, articulando, integrando e multiplicando’*. São Paulo, Casa do Psicólogo/Hebraica, pp. 25-36.
- PUTNAM, Robert. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press.
- RETZINGER, Suzanne. (1991), *Violent Emotions: Shame and Rage in Marital Quarrels*. Newbury Park, Sage.
- SCHEFF, Thomas. (1990), *Microsociology: Discourse, Emotion, and Social Structure*. Chicago, University of Chicago Press.
- SCHEFF, Thomas Joel [e] RETZINGER, Suzanne. (1991), *Violence and Emotions*. Lexington, Lexington Books.
- SENNETT, Richard. (1980), *Authority*. Nova York, Alfred Knopf.
- _____ [e] COBB, Jonathan. (1972), *The Hidden Injuries of Class*. Nova York, Vintage.
- SIMMEL, Georg. (1964), “The Sociology of Secrecy and of Secret Societies”. Em: WOLFF, Kurt H. (org). *The Sociology of Georg Simmel*. Nova York, Simon & Schuster, pp. 307-376.
- _____. (1990), *Philosophie de la modernité*. Paris, Payot.
- _____. (2002), “A carta: Por uma sociologia do segredo”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 1, nº 3, pp. 384-387.
- _____. (2003), “Fidelidade: Uma tentativa de análise sócio-psicológica”, *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 2, nº 6, pp. 513-519.
- _____. (2004), *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa, Relógio D’Água.
- _____. (2005), “O estrangeiro”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 4, nº 12, pp. 350-357.

_____. (2010), “Gratidão: Um experimento sociológico”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 9, nº 26, pp. 785-804.

TURNER, Jonathan H. [e] STETS, Jan E. (ed), (2005), *The sociology of emotions*. Cambridge, Cambridge University Press.

Mídia digital

JÚNIOR, Clilson (09/07/2009), “Chacina no Rangel: Quatro pessoas de uma mesma família são executadas a golpes de facão”. Portal ClickPB, Policial. Disponível (on-line) em: <http://www.clickpb.com.br/noticias/policial/chacina-no-rangel-4-pessoas-de-uma-mesma-familia-sao-executadas-a-golpes-de-facao/>

JÚNIOR, Onivaldo. (09/07/2010), “Um ano após chacina, projeto de capela em casa demolida não passa de entulho”. WSCOM Notícias, Paraíba. Disponível (on-line) em: <http://www.wscom.com.br/noticia/paraiba/CAP+ELA+DAS+VITIMAS+NAO+PASSA+DE+ENTULHO+-89958>

RESUMEN: El artículo **Como la vergüenza y la pérdida de confianza articulanse en la justificación de la acción moral** tiene como objetivo comprender la relación entre los miedos y la vida cotidiana a partir de un caso que ocurrió en Rangel, barrio de João Pessoa, Paraíba, Brasil, en julio de 2009, suceso hasta hoy conocido en el imaginario de la ciudad como La Masacre de Rangel. La narrativa presentada, por medio de un balance de las emociones involucradas en el proceso, se basó en la terminología eliasiana acerca de la vergüenza, como un sentido social y moral, asociándole los conceptos de pérdida de confianza de Sennet (1980, 1972), la rabia-ira y la inferioridad interpuestas por Retzinger (1991), Scheff (1990) y Scheff y Retzinger (1991), entre otros.

Palabras clave: masacre, miedo, vergüenza, confianza, moralidad

MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY (maurokoury@gmail.com) é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e coordenador do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (Grem) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

MARCELA ZAMBONI (marcelazamboni@gmail.com) é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e pesquisadora do Grem da UFPB.

SIMONE MAGALHÃES BRITO (simonebritto@gmail.com) é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e pesquisadora do Grem da UFPB.